



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2022 DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2022 POR VIDEOCONFERÊNCIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, deu-se início a 1ª Reunião Ordinária do ano de 2022 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada de forma não presencial, pela plataforma *Teams*, com os itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência; **Item II** - Aprovação da ATA da Reunião Ordinária do dia 16.12.2021; **Item III** – Resumo das ações do ano de 2021; **Item IV** – Pronunciamentos dos Coordenadores das Câmaras Técnicas do Plano Diretor – CTPD (Antônio Carlos Sales); de Mobilização, Divulgação e Educação Ambiental – CTMDE (Irinéia Ardisson da Silveira Souza) e de Outorga e Cobrança – CTOC (Paulo Roberto Pinheiro); **Item V** – Assuntos Gerais e **Item VI** – Encerramento. **Membros presentes:** Na reunião estiveram presentes 34 (trinta e quatro) membros, representando 32 (trinta e dois) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: o Presidente **Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE)**, o Vice-Presidente **João Luiz Magalhães Teixeira (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG)** e a Secretária em exercício **Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé)** e os seguintes Conselheiros: **Tales Roberto da Silva (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG)**, **Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG)**, **Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM)**, **Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER)**, **Acássio José Paese (Polícia Civil de Minas Gerais)**, **Renato Pan (Instituto Estadual de Florestas - IEF)**, **Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD)**, **Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado da Saúde – SES)**, representantes do **PODER PÚBLICO ESTADUAL**; **José Acácio Vilas Boas (Prefeitura Municipal de Ipuíuna)**, **Samira Fróes de Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão)**, **Giovanna Ferreira Nascimento (Prefeitura Municipal de Caldas)**, **Joelmar Lucas Andrade (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas)**, **Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura Municipal de Andradadas)**, **Paulo Roberto Pinheiro (Prefeitura Municipal de Guaxupé)**, **Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho)**, representantes do **PODER PÚBLICO MUNICIPAL**; **Mário Montingelli Neto (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA)**, **Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S.A.)**, **Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e Cerâmica Andradense S.A. – ICASA)**, **Fábio Augusto Zincone (DME Energética S.A.)**, **Deivid Lucas de Oliveira (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG)**, **Luís Cláudio Marques (Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas - DMAE Poços de Caldas)**, **Luiz Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de Caldas – ASMIPC)**, representantes dos **USUÁRIOS**; **Antônio Carlos Sales (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradadas - ASSEA)**, **José Edilberto da Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS)**, **Kelly Ribeiro de Andrade Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande – ARPA Rio Grande)**, **Irinéia Ardisson da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário)**, **Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas)**, **Cláudio Antônio Andrade de Lima (Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG)**, **Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA MG)**, **Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP)** e **Sebastião Marcos Vilela (Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho)**, representantes da **SOCIEDADE CIVIL**. Também estiveram presentes os seguintes convidados: **Robson Santos (IGAM)**, **Maria de Lourdes (IGAM)** e **Rosângela Santos (IGAM)**; **Item I** - A reunião foi aberta pelo presidente Rogério, que agradeceu a presença de todos e desejou uma boa reunião. Na sequência, após verificação do quórum, ele solicitou a execução do Hino Nacional. Em seguida, passou-se para o **Item II - Aprovação da ATA da Reunião Ordinária do dia 16.12.2021**; Após pequenas correções apontadas pelo conselheiro José Edilberto, a referida ata foi aprovada, passando-se para o **Item III – Resumo das ações do ano de 2021**; Foi apresentado pelo Presidente Rogério um resumo de todas as 9 reuniões ordinárias e extraordinárias que aconteceram no ano de 2021, as pautas das mesmas e o status das ações, se foram concluídas ou se estão em andamento. Foi

apresentado também o novo quadro de pendências / planilha de rotinas do Comitê que a partir de agora ficará disponível em um nova aba da Planilha de Presença que está disponível a todos através de um link do Google Drive; A conselheira Maria Teresa sugeriu incluir no registro um resumo excepcional das reuniões das Câmaras Técnicas, inclusive a participação do Prof. Marcelo da USP Ribeirão Preto na última reunião da CTOC. O conselheiro José Edilberto fez uma consideração sobre a planilha de pendências, informando que na linha 30 a questão ainda não foi respondida e a auxiliar administrativo apresentou a resposta. Ele ainda pediu atenção ao Comitê referente à possível parceria com o Projeto Conservador da Mantiqueira, onde tem que ser analisado melhor a proposta e fonte de recursos do mesmo. A Conselheira Ângela pediu para ser levado à plenária apenas o relatório final e que cada Câmara Técnica também tenha sua planilha de acompanhamento. O Presidente Rogério disse que o relatório ainda não foi cobrado pelo IGAM, que é apenas uma proposta da diretoria para esta primeira reunião. O conselheiro Antônio Carlos, coordenador da CTPD, informou que é obrigatório ao Comitê enviar o relatório anual ao IGAM juntamente com os relatórios das Câmaras Técnicas e sugeriu ver a data limite para este envio. O conselheiro Eduardo enfatizou a fala do conselheiro Antonio Carlos sobre tal obrigatoriedade. O convidado Robson do IGAM pediu a palavra e explicou que esta exigência foi cancelada para esse ano de acordo com a nova DN e que esse envio passa a valer pelo próximo ano, porém sugere que não seja obrigatório. A conselheira Ângela disse que o regimento interno do comitê traz a questão da prestação de contas e tem como base a DN 41 porém, como a mesma foi revogada, sugeriu olhar os pontos de mudança para revisão do regimento. Passou-se portanto para o **Item IV - Pronunciamentos dos Coordenadores das Câmaras Técnicas do Plano Diretor – CTPD (Antônio Carlos Sales); de Mobilização, Divulgação e Educação Ambiental – CTMDE (Irinéia Ardisom da Silveira Souza) e de Outorga e Cobrança – CTOC (Paulo Roberto Pinheiro); o coordenador da CTPD, conselheiro Antonio Carlos,** iniciou a apresentação dos resumos da CTPD no ano de 2021 e depois passou a palavra à secretária Rafaela que também apresentou um resumo do plano de trabalho da CTPD para 2022. O coordenador Antônio Carlos também aproveitou para agradecer o acompanhamento da Rosângela do IGAM nas ações/metras do Plano Diretor. A conselheira Maria Teresa questionou o formato das reuniões e foi informado que as mesmas continuarão sendo por videoconferência, através da plataforma *Teams*. A palavra foi passada para o coordenador da CTOC, o conselheiro Paulo Roberto Pinheiro, que apresentou um resumo de alguns assuntos da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança e passou a palavra ao convidado Robson do IGAM para falar sobre as orientações do IGAM sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Ele explicou que todos os outros Comitês do Grande já enviaram seus pareceres favoráveis, aprovando a cobrança e que só falta o GD6, sugerindo que a CTOC faça uma reunião o mais rápido possível e envie o parecer ao Comitê que deve aprovar o mesmo na próxima reunião da plenária, sugerindo até mesmo fazer uma extraordinária. A conselheira Maria Tereza explanou sobre a alteração da cobrança, pautando algumas propostas para as próximas reuniões e pediu ao coordenador da CTOC um resumo dos trabalhos sobre a cobrança, já que ele participou de todas as discussões desde o começo pelo GT. O coordenador Paulo Roberto repassou alguns pontos e falou sobre estarem aguardando local para a reunião. O conselheiro Eduardo reforçou sobre a importância do Comitê aderir à aprovação da cobrança junto aos demais Comitês do Grande, inclusive com a possibilidade de terem uma agência que atenderá todos os Comitês. A palavra foi passada para a coordenadora da CTMDE, a conselheira Irinéia, que apresentou o resumo dos trabalhos da Câmara Técnica de Mobilização e Educação Ambiental nas 2 reuniões que foram feitas pela CTMDE e deixou claro que a CTMDE vai aguardar o cumprimento da promessa do IGAM de envio dos equipamentos, móveis e materiais de comunicação para o Comitê em março para agendar a próxima reunião da CTMDE e dar continuidade aos trabalhos, pois sem isto fica impossível a realização dos mesmos. O Presidente Rogério passou para o próximo **Item V – Assuntos Gerais;** e iniciou dizendo que o Comitê encontra-se em funcionamento presencial desde o dia 04 de janeiro no prédio do IEF em Poços de Caldas, porém a sala que seria cedida para o Comitê no andar térreo, não poderá mais ser exclusivamente do Comitê, pois o IEF precisa da mesma para fazer a sua recepção com acessibilidade, estando a auxiliar administrativo no segundo andar, em uma mesa com cadeira, computador, impressora e intranet emprestados pelo IEF, sendo este ambiente compartilhado com os técnicos do IEF, e apresentou as fotos do local. Falou dos problemas que a auxiliar administrativo enfrenta para realizar as reuniões, por não ter wifi no prédio, tendo a mesma que utilizar a internet do seu celular para acessar os aplicativos como whatsapp e plataforma de reuniões, por isto em dia de reunião, a funcionária fica em casa para fazer a reunião com a internet dela, como já vinha sendo feito durante a pandemia. Sendo assim, o Presidente Rogério disse que foi oferecida uma sala para o Comitê pelo CREA-MG na casa de sua regional em Poços de Caldas, na Rua Tutóia, 218 - Jardim dos Estados e apresentou as fotos do local, passando a palavra para o vice-presidente João Magalhães, que agora também é Vice-Presidente do CREA-MG em Belo Horizonte-MG, e este reforçou o convite e disse que enviará um termo de concessão para o Comitê. Sobre a questão da cessão de móveis e equipamentos pelo IGAM, a convidada Maria de Lourdes do IGAM confirmou que os mesmos só virão para o Comitê sob a responsabilidade de um órgão/entidade com CNPJ conforme ofício enviado no ano passado. Este assunto gerou muita polêmica, pois o Comitê não possui CNPJ e o IEF e o CREA-MG não podem assinar o termo de cessão para este material. O presidente Rogério questionou se a MGS poderia ser esta entidade, ao que a convidada Maria de Lourdes respondeu que não, pois esta tem apenas um contrato com o FHIDRO para

disponibilizar o auxiliar administrativo para o Comitê. A conselheira Kelly pediu a palavra e disse que poderia conversar com o departamento jurídico da ARPA RIO GRANDE para saber se poderiam assinar este termo de cessão com o IGAM, para que o Comitê não perca esta doação, ao que o presidente Rogério agradeceu a oferta. Ele disse que a preocupação das entidades em se responsabilizar pelos equipamentos é no caso de haver um furto dos mesmos, pois no passado aconteceu este problema e o conselheiro Antonio Carlos que ressarciu ao Estado em situação análoga. E perguntou se o IGAM poderia fazer seguro destes equipamentos ao que Maria de Lourdes respondeu que não há esta possibilidade. Foi solicitado à ela uma relação dos móveis e equipamentos que virão para o GD6. Porém, a convidada Rosângela Santos do IGAM pediu a palavra e disse que já trabalhou na auditoria do SISEMA e já abriram processos de sindicância no caso de roubo de equipamentos em Comitês de Bacia. E esclareceu que cada caso é um caso. Nem sempre o Comitê terá que arcar com os custos. Com o boletim de ocorrência, fotos e depoimentos, pode-se ou não abrir um processo administrativo e dependendo do que for apurado, nenhum valor será cobrado do presidente ou do Comitê. O conselheiro Antonio Carlos discordou, disse que tentou inúmeras vezes receber o ressarcimento do que pagou, mas nunca conseguiu. E reforçou que, na opinião dele, diante deste impasse e dificuldade em achar uma entidade que assuma tamanha responsabilidade, o Comitê não deveria mais manter uma secretaria em funcionamento, até que isto se resolva. Nada mais havendo a tratar, a 1ª Reunião Ordinária do ano de 2022 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 12h46min.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Araújo Dias, Presidente(a)**, em 03/05/2022, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **45749007** e o código CRC **5C2D3757**.

Referência: Processo nº 2240.01.0003881/2022-84

SEI nº 45749007